DIÁRIO DE PETRÓPOLIS
Quinta-feira, 21 de agosto de 2025

Estado traz Programa Agro RJ para Petrópolis

Entre os principais projetos do programa Agro RJ está o Estradas Agro RJ

DIVULGAÇÃO

ANÚNCIO foi feito pelos secretários de Agricultura, dr. Flávio, e do Ambiente, Bernardo Rossi

Áreas de produção rural de Petrópolis irão receber o "Programa Agro RJ" do governo do estado. O programa de apoio aos produtores é uma prioridade para o governador Cláudio Castro. O anuncio foi feito pelos secretários de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Flávio, e do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi, no evento "Fazenda Legal", que reuniu produtores rurais no Hortomercado Municipal José Carneiro Dias, em Itaipava. Hoje cidade conta com cerca de 830 famílias que vivem da produção rural.

Em nome do governador Cláudio Castro trago esta boa notícia para os produtores rurais de Petrópolis. Vamos começar o Agro RJ pelo Brejal e pelo Bonfim! Posteriormente o programa vai chegar também às demais localidades de produção rural da cidade – disse Bernardo destacando que as Secretarias do Ambiente e de Agricultura caminham juntas.

- Temos projetos importantes em andamento em todo estado. O Rio de Janeiro tem uma agricultura de qualidade e estamos avançando muito no setor do agro, com trabalho de todos os produtores o pequeno, o médio e o grande produtor - destaca o secretário Flávio Campos Ferreira – Dr. Flávio.

O Programa Agro RJ é uma iniciativa do governo do estado, realizado por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e engloba ações e iniciativas voltadas para o desenvolvimento do setor agropecuário fluminense.

- É importante que os produtores saibam que existem pessoas trabalhando muito para facilitar a vida deles; pela desburocratização; para melhorar as condições de produção e o escoamento de produtos. É uma função do Sindicato, fortalecer essa interlocução para ajudar a resolver as demandas", explica o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Petrópolis, Henrique Mesquita da Costa.

Entre os principais projetos do programa Agro RJ está o Estradas Agro RJ, que visa melhorar as estradas rurais para facilitar o escoamento da produção. Em 2023, por indicação de Bernardo Rossi, o "Patrulha Mecanizada", melhorou as condições de estradas vicinais para acesso a áreas de produção no Brejal, no Bonfim, no Caxambú, entre outras localidades rurais.

Fazenda Legal reúne cerca de 80 produtores rurais no Hortomercado

Cerca de 80 produtores rurais de diferentes regiões da cidade participaram nesta quarta-feira do "Fazenda Legal" no Hortomercado Municipal José Carneiro Dias, em Itaipava. O evento da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FAERJ percorre diferentes regiões do estado, ajudando a desburocratizar e impulsionar a produção rural.

A abertura foi feita pelo presidente do Sistema FAERJ, Rodolfo Tavares. O evento teve o apoio do Sindicato dos Produtores Rurais de Petrópolis, que mobilizou os produtores.

O "Fazenda Legal" promove atualizações sobre legislação ambiental, legislação trabalhista e oferece uma gama de informações importantes para o setor de produção rural, visando proteger os direitos e conscientizar sobre os deveres dos produtores.

Além de representantes do Estado, o evento teve a presença do vice prefeito Albano Filho (Baninho), do presidente da Câmara de Vereadores, Júnior Coruja, do representante da Emarter, Leonardo Faver, entre outras autoridades ligadas ao setor rural.

Diário nos bairros

Moradores reclamam de poste aceso durante todo na Ponte Fones

Emanuelle Loli - estagiária

O Diário de Petrópolis recebeu reclamações de uma moradora da Rua Olavo Bilac, na Ponte Fones, a respeito de um poste de iluminação pública que permanece aceso durante todo o dia e noite. Segundo relatos da moradora, a lâmpada não se apaga nem durante o período da manhã, e destacou ainda, que a situação já ocorreu outras vezes.

Ela ressaltou que o problema causa desconforto e preocupação, principalmente pelo possível aumento na conta de energia elétrica, devido ao desperdício causado pela luz acesa fora do horário necessário.

Perguntado, o Departamento de Iluminação Pública respondeu que vai enviar uma equipe ao local para identificar a situação e providenciar o reparo necessário.

ARQUIVO

LÂMPADA fica acesa durante todo o dia, afirma moradora

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 21/08/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL DIV. Nº 33/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis e a Comissão de Defesa da Saúde, de acordo com o Processo Adm. Nº 841/2025 e conforme estabelece a Resolução n° 88/2016, COMUNICAM que será realizada a Audiência Pública, no dia 28 de agosto de 2025, às 19:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, a fim de abordar assuntos sobre "os serviços prestados pelo Hospital Clínico de Corrêas (HCC)".
Informamos ainda que a mesma será transmitida, em tempo real, através do canal TV Câmara Municipal de Petrópolis no Youtube ou pela Speed Fiber nos canais: Digital 23.2 e analógico 98.
Petrópolis, 14 de agosto de 2025.
Júnior Coruja
Presidente
Tiago Leite
Vice-Presidente da Comissão de Defesa da Saúde

ATA DA 6ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e trinta e quatro minutos o Vereador Thiago Damaceno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Tiago Leite que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Diversos nº: CMP (7785/2025); Projeto de Lei nº: 7769, 7781, 7783 e 7788/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 7784/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 7766/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 7767, 7768, 7792 a 7794/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 7772 a 7774/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 7779 a 7782, 7798 e 7799/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 7796 e 7797/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Relatou uma fiscalização realizada nos bairros Caxambu, Floresta e Morro do Pinto, locais onde, em 2022, duas casas caíram e houve deslizamento de área. Destacou que, até o presente momento, os moradores não possuem qualquer informação precisa sobre o início das obras necessárias, mesmo já estando definido que se trata de uma obra da Prefeitura com verba federal destinada à sua execução. Ressaltou que a falta de transparência preocupa as famílias, que tiveram suas casas interditadas e continuam sem perspectiva de retorno. Acrescentou, ainda, que os moradores reivindicam a ampliação do projeto, uma vez que este contempla apenas a área diretamente atingida, sem incluir obras de drenagem e intervenções estruturais em outros pontos que também apresentam risco. Segundo ela, não adianta construir muros de contenção em áreas já afetadas se o escoamento da água não for resolvido em locais como o teleférico e a antiga pista de esqui. Enfatizou a importância da prevenção, lembrando que esse debate vem sendo feito desde 2023. Ressaltou que não adianta discutir obras emergenciais apenas no verão, após as chuvas, sendo necessário investir em ações estruturais de prevenção. Informou que esteve na região acompanhada da Associação de Moradores do Quarteirão Suíço e que se comprometeu a enviar um requerimento de informação à Secretaria de Obras, a fim de esclarecer por que os recursos ainda não chegaram ao fundo, por que as obras não foram iniciadas, se há cronograma estabelecido e se existe a possibilidade de ampliação do projeto. Destacou que a população das encostas é a mais afetada pela ausência de políticas públicas de prevenção e lembrou que Petrópolis não possui plano de habitação popular, enfrentando, ao contrário, forte especulação imobiliária, o que torna difícil e caro o acesso à moradia, sem que isso garanta afastamento de áreas de risco. Defendeu investimentos tanto em obras de prevenção quanto em políticas habitacionais e ressaltou os avanços da política municipal de pontos de apoio, aprovada e já aplicada em ocasiões recentes, embora ainda careça de ajustes e aperfeiçoamentos. Reforçou a necessidade de aprovação, antes do verão, da política municipal da Defesa Civil, já protocolada na Câmara, a fim de estruturar melhor as ações preventivas e a capacidade de resposta do município. Recordou que sua primeira lei aprovada na Casa foi a que instituiu auxílio psicossocial para vítimas de desastres socioambientais, atualmente em fase de implementação por meio de um grupo de trabalho junto ao Ministério Público. Narrou que, durante a fiscalização no Caxambu, constatou a angústia dos moradores que, apesar de retornarem a suas casas, ainda não sabem quando poderão efetivamente habitá-las novamente. Fez um apelo ao Executivo para que seja fornecido ao menos um prazo ou resposta concreta às famílias, destacando que a moradia é um direito constitucional. Por fim, relatou reunião realizada no Ministério Público Federal no dia anterior, na qual se discutiu a questão da moradia em comunidades metropolitanas. Citou como exemplo a cratera aberta no Contorno, em 2017, em razão do abandono de obra pela empresa responsável, o que considera uma violação de direitos humanos. Comentou ainda o caso do Espírito Santo, onde existe ameaça de demolição de moradias no Conjunto Raiane, classificando como um absurdo e defendendo que nenhuma família seja desalojada. Ressaltou que, além da garantia de moradia, é necessário assegurar infraestrutura básica como coleta de lixo, saneamento, escolas, creches e postos de saúde. Concluiu afirmando que continuará acompanhando de perto essas situações, em conjunto com outros mandatos, e destacou a importância de assegurar a dignidade e os direitos fundamentais da população. Agradeceu e despediu-se. **2) THIAGO DAMACENO, PSDB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou a audiência realizada no dia anterior pelo Ministério Público Federal para discutir o caso do Conjunto Raiane, conhecido também como "as casinhas da Rua Ceará", no bairro Quitandinha. Ressaltou o vínculo de longa data com aquela comunidade, formada por trabalhadores e famílias que enfrentam há anos dificuldades estruturais e abandono por parte das instituições públicas. Registrou a presença, na audiência, das vereadoras Júlia e Professora Lívia, reconhecendo a importância de que o tema seja tratado como prioridade. Relembrou que o conjunto foi implantado em 2002, quando ainda não havia arcabouço jurídico consolidado em relação à habitação de interesse social, o que resultou em falhas estruturais. Destacou a necessidade de autocrítica do poder público e da sociedade pelo abandono ao longo dos anos, defendendo que sejam feitas reformas estruturais, mas também um trabalho comunitário, voltado à construção de um verdadeiro condomínio, com decisões tomadas pelos próprios moradores. Apontou problemas concretos, como a ausência de áreas para secagem de roupas, o que tem causado conflitos entre vizinhos e construções desordenadas; além da falta de vagas demarcadas para veículos, o que gera disputas no dia a dia. Destacou que tais situações refletem a falta de planejamento desde a implantação e a negligência das instituições em oferecer respostas ao longo dos anos. Elogiou o procurador do Ministério Público Federal, Dr. Charles, lembrando que, em seu primeiro mandato, teve a oportunidade de conceder-lhe o título de cidadão petropolitano. Declarou confiança de que o processo está em boas mãos e manifestou esperança de que, a partir dele, seja possível avançar na qualidade de vida dos moradores. Ressaltou, contudo, a importância de se estabelecer compromissos também com a preservação ambiental, uma vez que a localidade está situada em área de proteção permanente, sendo fundamental que esse trabalho seja construído em conjunto com os moradores. Na sequência, relatou outro tema, referente ao desplacamento de rocha ocorrido no dia anterior, no final da tarde, na Rua Uruguai, esquina com a Rua Niterói, no Quitandinha. Explicou que o episódio causou grande barulho, mas não gerou danos materiais nem vítimas, o que considerou um alívio. Destacou, no entanto, que o ocorrido serve de alerta para a necessidade de investimento em prevenção, mencionando que processos de desplacamento de rocha frequentemente antecedem grandes deslizamentos, como os que ocorreram em 2022 nos morros da Oficina e dos Ferroviários. Ressaltou que já existem tecnologias capazes de monitorar rochas e encostas, defendendo que a Defesa Civil, a Secretaria de Meio Ambiente e a Prefeitura dediquem especial atenção ao tema, sobretudo durante o período de estiagem, quando é possível realizar ações preventivas antes da chegada do verão. Enfatizou que, embora a cidade esteja sujeita a intempéries que dificultam a proteção total do patrimônio material, a preservação da vida deve ser prioridade absoluta de qualquer governo e instituição. Por fim, mencionou a necessidade de revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social, elaborado em seu primeiro mandato, mas que, em seus 15 anos de existência, apresentou poucos avanços. Recordou que a Prefeitura chegou a lançar edital para contratar empresa ou instituto responsável pela atualização do plano, mas que este foi posteriormente suspenso e, até o momento, não republicado. Defendeu a retomada urgente do processo licitatório para que o município tenha um plano atualizado e efetivo, que não permaneça engavetado, mas que sirva como norteador de políticas públicas concretas para a área habitacional. Agradeceu e despediu-se. 3) **PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Abordou novamente o tema da educação municipal. Destacou que a Prefeitura tem falhado na gestão da área, especialmente quanto ao pagamento de RPAs e estagiários, que novamente estão com salários atrasados. Ressaltou que muitos desses profissionais não têm condições de arcar com despesas de transporte, o que impacta diretamente as crianças nas escolas e nos centros de educação infantil. Segundo ela, os atrasos sobrecarregam as equipes escolares, pois diretoras, orientadoras e professoras precisam reorganizar turmas e dividir responsabilidades. Informou que seu gabinete protocolou ofício junto à Secretaria de Educação solicitando esclarecimentos sobre os pagamentos, lembrando que pedido semelhante já havia sido feito em julho, sem qualquer resposta da Prefeitura. Demonstrou preocupação com a continuidade dos pagamentos aos servidores concursados e enfatizou que trabalhadores não podem permanecer sem a certeza de receber seus salários. Ressaltou que o questionamento reflete a inquietação geral das servidoras e dos servidores municipais, que se perguntam se haverá pagamento no fim do mês, especialmente considerando que ainda não receberam o 13º salário. Alertou que a instabilidade financeira gerada pelo Executivo pode provocar greve no funcionalismo municipal, afetando toda a rede pública, e não apenas a educação. Destacou a relação desse problema com o funcionamento do serviço público em geral, lembrando que cidadãos dependem diariamente de servidores para acesso a serviços essenciais como alvarás, documentos, protocolos, atendimento em UPAs, escolas, assistência social, cultura, obras, planejamento e meio ambiente. Enfatizou que a responsabilidade pelos salários é do Executivo Municipal. Por fim, abordou outra questão do Executivo, relativa ao aumento da tarifa de ônibus para R$ 5,90, recentemente homologado pela Justiça. Criticou a medida, afirmando que agrava a situação financeira da população e contrasta com municípios vizinhos que implementam tarifa zero ou social. Destacou que existem fontes de financiamento, como o estacionamento urbano, que poderiam viabilizar a tarifa social, e criticou a falta de transparência das empresas de transporte e a inércia do Executivo em garantir mobilidade urbana. Concluiu afirmando que a solução é possível, mas depende de vontade política e coragem, que, segundo ela, estão faltando no governo municipal. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Thiago Damaceno solicitou a justificativa em ata da ausência do Vereador Dr. Aloísio e do Vereador Júnior Coruja, em razão de agenda no Rio de Janeiro. Registre-se, também, que a Vereadora Professora Lívia solicitou a justificativa em ata da ausência do Vereador Léo França, em razão de agenda em Brasília. Ato contínuo. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS** o Senhor Presidente, passou à **ORDEM DO DIA:** Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2572/2025 do Vereador Carlos Alberto; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2691/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3223/2024 da Vereadora Júlia Casamasso; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 7791/2025 do Vereador Junior Paixão; o Requerimento foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 7661/2025 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 7661/2025 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 7802/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5879/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5879/2025 da Vereadora Professora Lívia; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Tiago Leite, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que a Indicação Legislativa nº 1521/2025 do Vereador Marquinhos Almeida, foi retirada de pauta. Ato contínuo. Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 1525/2025 do Vereador Junior Paixão; a Indicação foi aprovada com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Carlos Alberto, do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Colocado em discussão e votação única e em bloco das Indicações nº: 0985, 0986, 0987, 2140, 2142, 2144, 3691, 3692, 3693, 3857, 3858, 3983, 4163, 4683, 4684, 4686, 4776, 4777, 4821, 5586, 6926, 7246, 7258, 7288, 7290, 7335, 7346, 7349, 7381, 7436, 7439, 7448, 7463, 7475, 7476 e 7512/2025; as Indicações foram aprovadas com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Léo França e do Vereador Octávio Sampaio; Terminada a **ORDEM DO DIA** e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito quarenta e quatro minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia dezenove de agosto às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins